

EMIGRAÇÃO AÇORIANA ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Susana Serpa Silva

Universidade dos Açores / CHAM / FCSH



MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR

Religiosidade, Festividades e Turismo nos Arquipélagos da Madeira e Açores

CHAM | UNIVERSIDADE DOS AÇORES

ISBN: 978-989-20-9631-5, VELAS, S. JORGE, AÇORES (2019)

PP. 89 - 116

MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR
Religiosidade, Festividades e Turismo
nos Arquipélagos da Madeira e Açores

Coordenação

Duarte Nuno Chaves

CHAM — Centro de Humanidades
Santa Casa da Misericórdia das Velas
Velas, S. Jorge
2019

FICHA TÉCNICA

Título *MEMÓRIA E IDENTIDADE INSULAR*
Religiosidade, Festividades e Turismo
nos Arquipélagos da Madeira e Açores

Coordenação Duarte Nuno Chaves

Autores Vários

Edição – CHAM – Centro de Humanidades | Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova
de Lisboa e Universidade dos Açores
– Santa Casa da Misericórdia das Velas, S. Jorge

Capa e Paginação CEHA (Gonçalo Mendes)

Fotografia da capa Paulo Rafael

Tiragem 400

Depósito Legal 457109/19

ISBN 978-989-20-9631-5

Data de Saída 2019

Execução Gráfica Nova Gráfica Artes Gráficas
Rua da Encarnação, 21 Fajã de Baixo
9500-513 Ponta Delgada São Miguel - Açores

Apoios



Esta edição foi financiada pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores (M3.3.c/Edições/002/2019) e contou com o apoio da Direção Regional da Cultura | Centro de Estudos de História do Atlântico Alberto Vieira, no âmbito do projeto de Pós-doutoramento com a referência “M3.1.a/F/003/2016” do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

EMIGRAÇÃO AÇORIANA ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Susana Serpa Silva

Universidade dos Açores / CHAM / FCSH

Introdução

Face à importância de que se reveste a temática da emigração –intimamente ligada à História, à memória e à identidade arquipelágicas –, contam-se já numerosos estudos que a abordam na sua vertente espontânea, ou seja, sem compromisso com a Coroa e que decorreu ao longo dos séculos XIX e XX. Alguns destes estudos foram sustentados em acervos arquivísticos oficiais e tratam das tendências, rumos, características, estatísticas e consequências da emigração¹. Outros apresentam uma natureza biográfica e memorialista, reportando-se às experiências pessoais e às alterações de mentalidades, comportamentos e vivências em resultado da diáspora². Alguns ainda se revestem de um cariz etnográfico, debruçando-se sobre os sinais da presença açoriana nos territórios de acolhimento e a forma como

1 Vejam-se as publicações de Artur Boavida Madeira, Carlos Cordeiro, Carlos Guilherme Riley, Gilberta Rocha, José Damião Rodrigues, Joaquim Palminha da Silva, José Guilherme Reis Leite, José Ávila e Luís Mendonça, Maria Isabel João, Sacuntala de Miranda, Susana Serpa Silva, entre muitos outros.

2 F. Cota Fagundes fez, em 2005, um levantamento de obras autobiográficas publicadas por imigrantes portugueses na América do Norte, as quais retratam esta vertente ou perspectiva de olhar sobre a emigração. Cf. “Portuguese Immigrant Experience in America in Autobiography”, in *Hispania. Luso-Brazilian Literature in U.S.*, nº 88 – 4, 2005, pp. 701-712.

se perpetuaram costumes e crenças³. Finalmente, não podemos deixar de referir as obras de natureza literária que se debruçam sobre este tema⁴.

Apesar de se tratarem de formas de abordagem bem distintas, versam todas elas a problemática da emigração e abarcam o recurso a uma panóplia de fontes, que vão desde o documento oficial, às memórias e aos testemunhos orais. Partindo do pressuposto de que todas estas perspetivas de análise são válidas e credíveis e que devem complementar-se umas às outras, na observância de um forte espírito crítico e de rigor científico, os objetivos a que nos propomos, neste trabalho, são: sublinhar a diversidade de fontes em que assentam ou podem assentar os estudos sobre a emigração açoriana nos séculos XIX e XX; mostrar como o cruzamento de fontes tradicionais ou oficiais com fontes de natureza particular, testemunhos e memórias, pode permitir um enriquecimento das pesquisas sobre emigração. Ademais, pretende-se ainda comprovar como os estudos de caso, bem fundamentados, podem ser um instrumento precioso para este aprofundamento, contribuindo até para diferentes leituras do fenómeno emigratório, à luz de novos dados que contrariam ideias e correntes dominantes.

Não obstante o incremento do estudo da emigração, em diferentes áreas das Humanidades e das Ciências Sociais, ainda existem muitas fontes e dados por explorar e é possível inovar nas formas de análise desta relevante questão da historiografia açoriana. Sendo certo de que a História, como ciência, procura o rigor alicerçado em fontes coevas e escritas, não é menos certo que, para o estudo da contemporaneidade, se possa recorrer às memórias e aos testemunhos orais, desde que recolhidos criteriosamente e fundamentadamente. Afinal, as narrativas biográficas e autobiográficas, os diários, a epistolografia integram o conjunto de fontes historiográficas utilizadas por inúmeros historiadores. Por consequência, porque não recorrer a relatos destas natureza, a memórias e testemunhos orais? Não só é possível utilizar fontes oficiais diferentes e que têm sido algo descuradas, como é possível conciliar — dentro de uma perspetiva científica — a História e as Memórias da emigração açoriana.

3 No Brasil, por exemplo, não podemos deixar de referir autoras como Maria Izilda Matos, Elis Ângelo, Maria Aparecida, entre outros.

4 Vejam-se, por exemplo, algumas dos escritos de Onésimo Teotónio de Almeida.

1. A diversidade de fontes para a História da emigração açoriana

Em diversos Arquivos Nacionais, Regionais e Municipais é possível encontrar fundos e fontes de enorme relevância para o estudo da emigração açoriana. Infelizmente, nem todos os acervos estão completos e bem conservados, verificando-se lacunas decorrentes do desaparecimento de livros ou documentos avulsos. Todavia, em Arquivos como o do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é possível compulsar *Correspondência de Embaixadas e Consulados Portugueses* a par de outras tipologias de documentação. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existem *Coleções de Legislação Portuguesa* (também existentes nos Arquivos Regionais), de entre as quais se pode consultar as leis relativas aos processos de emigração. Acresce o conjunto de *Documentos Portugueses sobre a Emigração (1855-1873)*, a par dos *Inquéritos Parlamentares (1873, 1885)*. Ainda se contabilizam os Fundos do *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça* e do *Ministério do Reino* que integram documentação sobre mobilidade e emigração. No Arquivo Histórico Parlamentar, já com inúmera documentação disponível on-line, encontramos os *Debates Parlamentares* (www.parlamento.pt) e os *Diários do Governo*, fontes imprescindíveis a quem procura analisar os discursos oficiais e as medidas pensadas e aplicadas numa determinada época ou relativamente a particularidades do fenómeno emigratório (por exemplo, partidas clandestinas ou “escravatura branca”).

O cruzamento entre fontes portuguesas e fontes existentes nos países de acolhimento é, cada vez mais, uma exigência para quem estuda a emigração açoriana. Daí a relevância de pesquisar, por exemplo, em Arquivos do Brasil, como o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde podemos encontrar listas de navios e de passageiros entrados no porto desta cidade ou o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul onde se encontram *Assentos de batismos, casamento e óbitos*. Além disso, existem importantes acervos noutras instituições como o Memorial do Imigrante de S. Paulo ou a Hospedaria dos Imigrantes da mesma cidade. As fontes e dados disponíveis na internet vão assumindo também cada vez maior importância e significado, facilitando o estudo da emigração açoriana em paragens mais longínquas, como o Havai⁵.

Nos Arquivos Regionais dos Açores, assumem particular destaque os

5 Alguns exemplos: <http://www.yourislandroutes.com/portuguese-hawaiian-memories-adult-name-index-by-island/>; <http://www.portuguesegenealogicalandhistoricalsocietyofhawaii.com>; ou no âmbito da História Oral: <http://bancroft.berkeley.edu/ROHO/projects/portuguese/>

Fundos dos Governos Civis, onde se enquadram *Relatórios dos Governadores Civis*; *Livros de Correspondência* (com Ministérios e diversas autoridades); *Livros de Registo de Passaportes* (Séculos XIX e XX), para além de avultado número de *Processos dos Emigrantes* (em Caixas ou Maços), que, apesar da importância que têm para a compreensão da emigração no século XX, têm sido, até agora, muito pouco explorados. Acrescem os Fundos das Juntas Gerais, que incluem *Consultas e Relatórios* e os Fundos Judiciais (que abarcam toda a tipologia de processos cível e crime, de entre os quais destacamos os autos de querela).

Podendo parecer desenquadrados nesta abordagem sobre fontes para a História da emigração açoriana, os processos-crime são de enorme interesse para analisar os meandros da emigração clandestina (pois existem autos de querela instaurados a propósito de situações de emigração ilegal e de engajamento de emigrantes) e para os estudos de caso. A este propósito, salientamos, a título de exemplo, a história de vida de D. Maria da Luz Botelho Baptista que, na sequência do crime de que foi acusada, acabou por partir para a América do Norte em circunstâncias bastante atribuladas. Em setembro de 1880, Maria da Luz Baptista envenenou, com arsénio, o seu marido, Dr. Augusto da Silva Baptista, conceituado médico de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel. A autópsia confirmou o homicídio e a denúncia partiu de duas criadas. Depois de um período de fuga, na ilha, a jovem Maria da Luz, de apenas 24 anos e mãe de duas filhas, acabou por ser julgada e presa na cadeia da Boa Nova. O Tribunal da Relação dos Açores viria a confirmar a sentença de prisão perpétua ou degredo perpétuo para África. Não muito tempo depois, a homicida protagonizou uma das mais notáveis fugas da penitenciária de Ponta Delgada (de certo, com o apoio de cúmplices) e conseguiu partir para os EUA, onde se veio a radicar. A fuga e a chegada ao novo país foram amplamente divulgadas na imprensa açoriana e norte-americana⁶. Este não será caso único, pois alguns emigrantes partiam para fugir à justiça ou ao estigma social vivido, no exíguo meio insular, por terem sido acusados de um crime.

A multiplicidade de fontes abrange ainda *Anuários Estatísticos de Portugal* e outros registos de natureza demográfica, os *Boletins da Emigração (1900-1912)* e as *Fichas de Emigrante* para além da vasta literatura de viagens, de opúsculos que abordam esta problemática e das publicações periódicas, como jornais e revistas, tendo sido os primeiros assaz numerosos

6 BPARPD – FJCPD – Processos Crime: autos de querela (1880-1884) – Envenenamento (1880) e Fuga da Prisão (1882).

nos Açores de oitocentos. A imprensa local foi, muitas vezes, um autêntico arauto contra a emigração clandestina, trazendo também à luz do público incontáveis artigos de opinião sobre as correntes emigratórias insulares e as consequências desta realidade. A tudo isto acresce o espólio existente no Museu da Emigração Açoriana (MEA), sediado na cidade da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel e onde os testemunhos orais assumem considerável centralidade.

É também nesta cidade e no respetivo Arquivo Municipal que se pode consultar um avultado número de Fichas de Emigrante. Estas fontes, de enorme importância para o estudo da emigração no século XX, permitem uma análise pormenorizada do perfil daqueles que partiram, bem como dos filhos, seus acompanhantes. Delas constam o número do processo de emigração, o nome completo do emigrante, a sua filiação, naturalidade e morada, idade, estado civil, profissão e habilitações (sabe ler). Ainda registam o país de destino e o local da futura residência, bem como os nomes e idades dos acompanhantes, com as respetivas fotografias. Quase sempre tratava-se dos filhos que acompanhavam os pais ou apenas a mãe, que ia juntar-se ao marido.

FICHA DE EMIGRANTE

Nome *Emmelinda Rita Vieira*
Filho de *José Vieira Júnior*
E de *Maria da Conceição Rita*
Natural *Madeira*
Residente *S. Braz P. Fozzoso*
Idade *30 anos*
Estado *Casada*
Profissão *Doméstica*
País a que se destina *Brasil*
Pessoas que acompanha o emigrante: *As suas*
filhas Maria do Rosário, 7 anos
Luísa Maria, de 7, 7 e 3 anos
Residência no país a que se destina *Brasil*
José Marcolino (1954) também
Sabe ler *Sim*

Processo de emigração N.º *27152*
Número de ordem

Fotografia do emigrante

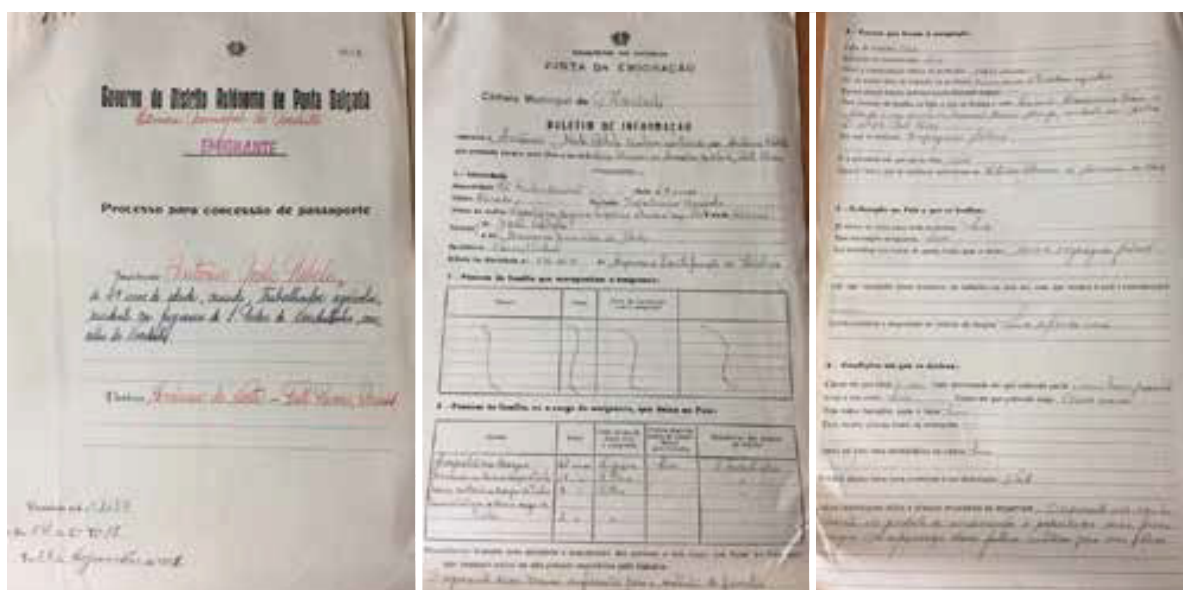
Foto das pessoas que o acompanham

Observações: *Ribeira Grande, 14 de Dezembro de 1950*

O funcionário organizador do processo:
João Gonçalves

Fig. 1 – Exemplo de uma Ficha de Emigrante datada de 14 de dezembro de 1950. Col. Museu da Emigração Açoriana (MEA) – Ribeira Grande.

Mais ricos em informação são os Processos de Emigrantes que surgem a partir de 1919/1920, ou seja, logo após a I Guerra Mundial. Instruídos sob a alçada dos Governos Cívicos dos Distritos Autónomos, destinavam-se ao requerimento e obtenção de passaporte. O Arquivo Regional de Ponta Delgada, por exemplo, guarda avultado número de processos que persistem, ainda, muito pouco explorados por parte da historiografia. Nos anos 20, os processos incluíam o requerimento de passaporte dirigido ao Governo Civil, os termos de abonação de identidade dos que partiam ou, nos casos em que o marido já tinha partido, o termo de autorização para emigração da esposa e filhos. A estes documentos juntavam-se o certificado do registo criminal, a certidão de batismo (que depois passou a certidão de nascimento) e, consoante os casos, a certidão de serviço militar ou a licença temporária. Já na década de 50, mantêm-se os documentos anteriores, exceto o termo de abonação que é substituído por um atestado da Junta de Freguesia. Somam-se a carta de chamada, os atestados médicos, a licença de emigração e o Boletim de Informação (da Junta da Emigração). Este acréscimo de burocracia resultava, sem dúvida, das características do regime então em vigor em Portugal.

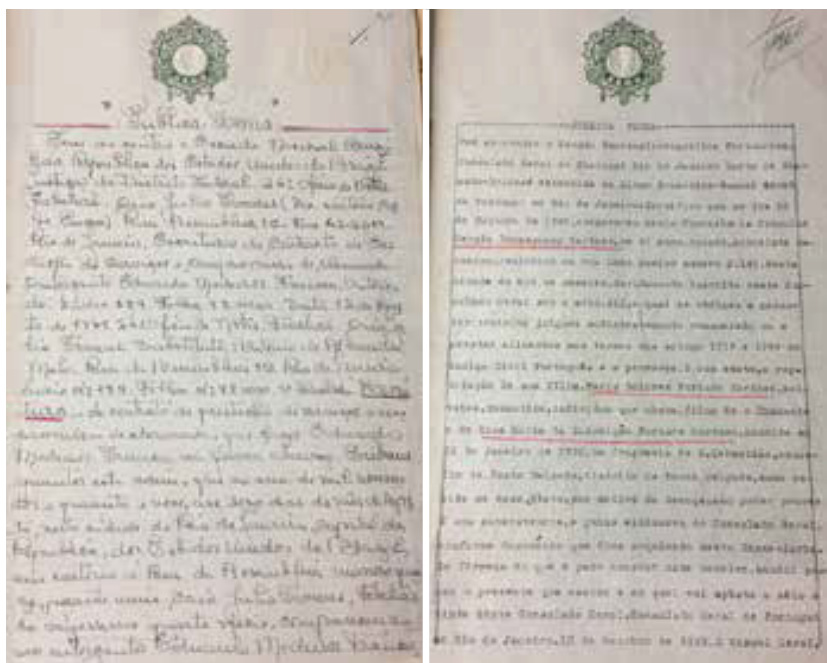


Figs. 2, 3 e 4 – Processo de Emigrante ou Processo para Requisição de Passaporte.
BPARPD - Caixa 1 – 1951 (1 a 100), Proc. N° 1157, 28 de dezembro de 1951.

No “Boletim de Informação”, a que nos referimos anteriormente e que podemos observar no exemplar das Figs. 3 e 4, não só encontramos os dados relativos à identidade do emigrante, ao país e ao local de destino, como podemos aceder à informação de quais e quantas pessoas os acompanhavam

e/ou quantos membros da família, a seu cargo, deixava no país de origem, bem como a descrição das medidas então tomadas para salvaguardar a sua subsistência. Seria esta uma forma de evitar — teoricamente — possíveis situações de abandono. Também no mesmo documento se podem apurar as causas que levaram à emigração do indivíduo e da sua família, as condições em que emigraram (por exemplo, com ou sem contrato de trabalho) e a viagem a efetuar, incluindo o meio de transporte. A maioria estes dados é suscetível de um tratamento quantitativo que, seguramente, ajudará a perceber melhor o fenómeno emigratório açoriano em finais do período da I República e ao longo do Estado Novo.

Propiciadoras de um tratamento diferente são as cartas de chamada, incluídas, como já referimos, nestes processos. Estas cartas começaram por ser um elo entre o emigrante e a família, como sublinhou Jorge Fernandes Alves. Quando recebiam o visto consular passavam a constituir uma base legal para o chamamento do cônjuge, dos filhos ou de outros parentes. Pelo Decreto n.º 7.427, de 30 de março de 1921, que estabeleceu o normativo de chamada, estas cartas foram institucionalizadas e tornaram-se um documento oficial⁷, como se pode verificar nas figuras 5 e 6.



Figs. 5 e 6 – Exemplos de cartas de chamada.

BPARPD – Processos de Emigrantes. Caixa de 1950 (Processos 1 a 60).

7 Brasilina Pereira da Silva, *Cartas de Chamada. A dimensão familiar da emigração. Sernancelhe no início do século XX*, Porto, CEPES, 2014, p. 54.

A propósito das cartas de chamada, Maria Izilda Matos considera que estas constituem uma documentação especial e reveladora, originada pelas exigências da burocracia no controle das saídas ou entradas, acompanhando os pedidos de passaporte.

(...). O candidato(a) a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites (...) e quando na posse desta deveria registrá-la em cartório reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas⁸.

Se as cartas de chamada — ainda escassamente estudadas no tocante aos Açores — tinham um carácter oficial, constituindo mesmo um documento lavrado em cartório, as cartas particulares, bem mais difíceis de encontrar e de estudar, por pertencerem ao mundo da vida privada, espelham visões e testemunhos pessoais, experiências vividas na primeira pessoa, que a narrativa oficial não apresenta. Um dos maiores problemas reside, porém, no acesso a este tipo de documentação. De acordo com Ângela de Castro Gomes:

A correspondência é um tipo de documentação abundante e variadíssima, mas também, fragmentada dada a dispersão e, muitas vezes, quase inacessível pelas barreiras impostas pelos segredos (familiares, políticos, profissionais) e pela invasão de privacidade que seu exame pode acarretar. Além disso, o pesquisador precisa estar ciente de uma série de procedimentos metodológicos para que sua análise tenha maior rendimento. Trabalhar com cartas, assim como com outros documentos privados (...), implica procurar atentar para uma série de questões e respondê-las. Quem escreve/lê as cartas? Em que condições e locais foram escritas? Onde foram encontradas (...)? Qual ou quais os seus objetivos? (...)⁹.

Se a difícil e interessante análise das cartas impõe inúmeras restrições, por vezes também relacionadas com a própria expressão escrita, nem sempre a mais clara e escorreita, também é certo que é a epistolografia que permite conhecer pormenores e a desabafos mais íntimos, facultando-nos relatos pessoais. Nas palavras de Croci, citado por Elis Regina Ângelo:

8 Maria Izilda Santos de Matos, “Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo – Portugal, 1890-1950)”, in José Jobson Arruda e outros, *De Colonos a Imigrantes. I(E)migração portuguesa para o Brasil*, S. Paulo, Alameda, 2013, p. 59.

9 Ângela de Castro Gomes *apud* Maria Izilda Santos de Matos, *ob. cit.*, p. 55.

*Entre todos os elementos que caracterizam o universo simbólico do fenómeno migratório, a carta é o que reúne um potencial evocativo e de fascínio de apelo excepcional, pelo simples facto de ser um documento privado e pessoal que, pelo menos virtualmente, nos transporta de improviso bem para o meio do evento emigração, permitindo-nos observar internamente alguns aspectos ou momentos, inclusive particularmente íntimos, sob o ponto de vista dos protagonistas (...)*¹⁰.

O estudo publicado, em 1996, por Joaquim Palminha da Silva, sobre a emigração portuguesa para o Havai, inclui a transcrição de várias cartas que o autor encontrou, nas suas frutuosas pesquisas, no Arquivo e Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa¹¹. Atentas as suas especificidades, não resistimos a citar dois excertos, em particular. Do ponto de vista formal, em ambos se nota o baixo nível de literacia dos remetentes, atendendo à forma como se expressam e à ausência de pontuação. Do ponto de vista dos conteúdos, verifica-se, nos dois excertos, a preocupação manifestada para com os familiares que ficaram na ilha de origem, bem como relevantes apontamentos sobre as condições da viagem e da vida do emigrante nas ilhas havaianas. O primeiro recomenda à esposa que traga alimentos, mas que deixe o filho pequeno com a mãe, sem brigas, nem confusões. O segundo, dirigindo-se ao pai, com saudade e parecendo querer tranquilizá-lo, relata alguns detalhes sobre o seu trabalho e o contrato a que estava vinculado, garantindo haver cama e mesa farta. O que era preciso era saúde e regramento, para ir vivendo de forma “sofrível”.

Para Minha Mulher Maria de Jezus

Villa da Lagoa

Rua da Praça Velha

São Miguel Açores

Honolulu 28 de agosto de 1881

Conceição (...) conforme o teu comportamento nada te ade faltar içe quizeres vir vem mas olha que as aguas do mar são custozas a paçar mas seja em companhia de gente capas traras contigo dois alqueires de fari-

10 Croci *apud* Elis Regina Ângelo, *Trajetórias dos Imigrantes Açorianos em São Paulo. Processos de formação, transformação e as ressignificações culturais*, Jundiá, Paco Editorial, 2015, p. 75.

11 Neste Arquivo, o citado autor, consultou um conjunto de documentos, reunidos sob a designação “Emigração de portugueses para o Havai – Assuntos Diversos”, n.º 39, Caixa n.º 1067.

nha de trigo em bolacha e hum em pó e tamperos para te não a conteçer o que a conteço a mim e o veturino zidorio te aprontará eu também lhe escrevo agora o pequeno Jose não se tirará a minha mãe nem quero que por mor delle peleijem minha sogra este é o teu jenro de mideiros pires que vos pede se achais a voça filha a modos de seguir viagem não lhe ponhas embaraço na sua partida (...) ¹².

Para o Snr. Francisco de Souza Barão

Villa d' Alagôa rua Fermoza

Ilhas dos Açores San Miguel

13 de Septembro de 1881

Meu saudozo Pai e mai manos e manas do meu coração

(...) pesso a meu pai que senão consuma com a minha auzência porque eu com a minha saude vou rezestindo a tudo (...) a respeito dos 5 pezos que nos pagemos é uma contribuição que o governo faz a cada um homem para se pagar por cada anno e tambem a respeito do primeiro dinheiro que tiramos para roupa não é porque a nossa não sirva mas é porque se persiza roupas de côr para trabalhar porque o serviso rompe muito e suja meu pai me manda perguntar se eu como a minha custa pois não senhor porque fomos contratados com cama e meza por isso não nos pode faltar porque se faltasse estavam-mos nós [...] porque se cobrava o contrato e ficavão mos em liberdade e hé meza franca que nada nos falta e então já ficão sabendo que um homem que tem saude e que handa direito vai vivendo sofrível (...) ¹³.

Os excertos que acabamos de ler são bem reveladores da importância da correspondência privada, trocada entre os emigrantes e os seus familiares e que, muitas vezes, servia de estímulo à própria expatriação, antecedendo até as formais cartas de chamada. Lamentavelmente, muita desta epistolografia se perdeu, por razões das mais diversificadas ¹⁴.

12 In Joaquim Palminha da Silva, *Portugueses no Hawai. Séculos XIX e XX (da imigração à aculturação)*, s.l., 1996, p. 130.

13 Idem, pp. 131-132.

14 Na pesquisa que efetuamos, no MEA, deparamos com este testemunho tão peculiar: *Eu costumava enviar para meu marido chicharros fritos enrolados na carta. Ele nunca respondia às minhas perguntas, apenas dizia que os chicharros estavam bons. Anos mais tarde é que ele me disse que os chicharros malhavam a carta toda e ele não conseguia ler nada.* Narração recolhida por Ana Maria Rodrigues e outras – Montreal, Canadá. Coleção do MEA – Ribeira Grande.

Outra importante fonte para os estudos sobre emigração, nos séculos XIX e XX, são as fotografias, naturalmente mais abundantes para a centúria de novecentos. Contudo idêntico problema se coloca ao das cartas: o do difícil acesso a esta tipologia de fonte, por pertencerem a coleções privadas. Na obra publicada em 1999, sobre a emigração portuguesa atlântica, Sacuntala de Miranda recorreu ao acervo particular da Família Cabral de Mello, da freguesia da Salga, no Nordeste, em S. Miguel, publicando diversas fotografias que testemunham os frutos da diáspora familiar¹⁵. A cedência de cartas e de fotografias depende, pois, do espírito de conservação e de valorização destes espólios por parte dos núcleos familiares, bem como da disponibilidade que manifestam. Se muitos documentos se perdem irremediavelmente, outros são cedidos aos investigadores para a realização de estudos e outros ainda são oferecidos a entidades, como o Museu da Emigração Açoriana (MEA).

Neste espaço existem álbuns e reproduções, em grande escala, de fotografias doadas por particulares, relativas à emigração para os EUA e o Canadá, nos anos 50 e 60 do século XX. Um olhar atento permite descortinar, por exemplo, os dolorosos momentos da partida e de separação dos familiares e amigos, o vestuário da época, definidor de estatutos sociais, as sacas de pano que transportavam os *alimentos da saudade*, a mala de cartão (Figs. 7 e 8), o predomínio do emigrante do sexo masculino, as recordações, carregadas de significado protetor e simbólico, a amurada do navio — última imagem presa na retina dos que permaneciam no cais (Figs. 9 e 10).



Figs. 7 e 8 - Reprodução de fotografias doadas por Humberto Araújo.
Coleção do MEA – Ribeira Grande.

15 Depois de uma curta estada no Brasil, António Cabral de Mello regressou à Salga para, em 1894, partir com a esposa para os EUA, fixando-se em New Bedford. Cf. Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*, Lisboa, Salamandra, 1999, pp. 94 e ss.



Figs. 9 e 10 - Reprodução de fotografias doadas por Humberto Araújo.
Coleção do MEA – Ribeira Grande.

O cruzamento das imagens com outros documentos é essencial ao enriquecimento e aprofundamento dos estudos sobre emigração. No espólio do MEA, encontramos uma fotografia dos chamados “pioneiros de 1953”, isto é, dos 18 micaelenses que emigraram, nesse ano, para o Canadá (Fig. 11). Todos eles estão devidamente identificados. Além do Inspetor da Emigração, Dr. Mário Ferreira da Costa (na fila de baixo, ao centro) os demais emigrantes são oriundos do concelho da Lagoa (4); do concelho de Ponta Delgada (6); dos concelhos do Nordeste e da Povoação (3 e 1, respetivamente) e da Ribeira Grande (4). De acordo com o estudo publicado por Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira¹⁶, desde 1952, países como os EUA e o Canadá foram levantando restrições à entrada de imigrantes, o que motivou negociações diplomáticas entre Portugal e este último país, que veio a impor rigorosas condições para aceitar imigrantes lusos e, em particular, açorianos. Após contactos e inspeções, partiram, a título experimental, 179 portugueses, entre os quais os 18 trabalhadores agrícolas da ilha de S. Miguel (Fig. 11). Segundo o testemunho de um dos “pioneiros” a abertura de inscrições foi efetuada através de editais afixados em lugares públicos. Inscreveram-se 20 indivíduos, que se sujeitaram a inspeções médicas, em Lisboa e, como dois deles foram rejeitados (de certo por não apresentarem boas condições de saúde ou de robustez física), optaram por partir para o Brasil, em vez de regressarem à ilha, avançando para o Canadá os restantes 18 emigrantes

16 Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira, “Nos primórdios da emigração açoriana para o Canadá: leituras e contextos”, in *Portuguese Studies Review*, nº.12 (2), 2004-2005, pp. 177-189.

que, assim, abriram caminho para um novo destino doravante ao alcance dos então designados “excedentes populacionais”¹⁷.



Fig. 11 - Os Pioneiros de 1953¹⁸. Col. do MEA – Ribeira Grande.

Uma notícia reproduzida da imprensa acompanha esta fotografia e outras informações sobre esta corrente emigratória, reportando o falecimento, no Canadá, de um destes pioneiros: Guilherme Cabral Rodrigues. Esta notícia não só comprova a relevância da imprensa como fonte para o estudo da emigração no século XX — em especial, a publicada na diáspora ou a de natureza local e regional, dado o destaque conferido a figuras relevantes das comunidades de emigrantes —, como nos permite acompanhar e compreender o papel desempenhado, por essas pessoas, no país de acolhimento e entre a sua comunidade. Atentemos no excerto da notícia:

Faleceu, em Montreal no passado dia 18 de Fevereiro de 2000, com a idade de 71 anos, o Sr. Guilherme Cabral Rodrigues, natural da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores. Primeiro emigrante a chegar ao Canadá vindo dos Açores (...), trabalhou, lutou, sem saber falar a língua, e lá foi

17 Idem, p. 182.

18 Primeira fila (da esquerda para a direita): Evaristo Almeida (Atalhada - Lagoa); José da Silva (Santa Cruz - Lagoa); José Bento (Achadinha - Nordeste); António do Couto (S. Pedro - Nordeste); Constantino Carvalho (Feteiras - Ponta Delgada); Manuel Machado (Furnas - Povoação); Guilherme Cabral Rodrigues (Matriz - Ribeira Grande); Jaime Pacheco (Pedreira - Nordeste). Segunda fila (da esquerda para a direita): Armando Vieira (Água de Pau - Lagoa); Afonso Tavares (Rabo de Peixe - Ribeira Grande); Énio Vasconcelos (Salga - Ribeira Grande); João Martins (S. Brás - Ribeira Grande); Manuel Arruda (Bretanha - Ponta Delgada); Manuel Vieira (Água de Pau - Lagoa). Terceira fila (da esquerda para a direita): Vasco Moreira (Fajã de Cima - Ponta Delgada); José Martins (Feteiras - Ponta Delgada); Manuel Pavão (Candelária - Ponta Delgada); Vitorino Castro (Feteiras - Ponta Delgada).

construindo a sua vida para o futuro. Sempre ligado às suas crenças e costumes, logo que lhe falavam nas tradições açorianas, lá estava ele. Foi assim que quando falaram em fazer a festa do Senhor Santo Cristo, foi ele e outros colegas que puseram mãos à obra e desde 1966, quando se fez a primeira festa, nunca arredou o pé. Fez sempre parte da Comissão de festas, foi o primeiro a fazer parte da Corporação de Santa Cruz, com outros fez parte da Comissão de Festas do Espírito Santo e Sagrado Coração de Jesus, tradição que vem da sua querida Ribeira Grande¹⁹.

Além de se salientar as dificuldades inerentes à adaptação do emigrante ao novo país, especialmente quando existiam diferenças linguísticas, como era o caso; para além de se sublinhar a capacidade de luta e de resistência na busca de um futuro melhor; destaca-se ainda a transposição de costumes e tradições para lá das fronteiras de origem. A manutenção de crenças, rituais e hábitos quotidianos persistiram sempre em terras da diáspora, como laço de união ao passado e às raízes e como forma de mitigar a saudade. Daí Guilherme Cabral Rodrigues se ter destacado, em Montreal, como membro das Comissões de Festas, tanto do Espírito Santo, como do Senhor Santo Cristo e ainda do Sagrado Coração de Jesus. Nas palavras de Sacuntala de Miranda, os emigrantes açorianos eram e são, na generalidade, homens e mulheres de fé, que invocam, muitas vezes por dia e em todos os momentos de aflição, o nome de Deus, com a convicção de que as suas preces serão atendidas. Assim:

São estas crenças populares e seus rituais que são transportados intactos para o outro lado do Atlântico quando os micaelenses emigram e é em torno deles que se consolida a solidariedade que os une e os ajuda a adaptar-se a este ambiente estranho e hostil. Da mesma forma que o Metodismo amenizou a adaptação do proletariado inglês à (...) vida nos centros industriais, é na Igreja Católica que reencontram o conforto e a solidariedade da sua freguesia natal²⁰.

Estas vivências inerentes ao fenómeno emigratório são melhor apreendidas e estudadas através de algumas publicações periódicas, de fontes par-

19 Excerto da notícia. Coleção do MEA – Ribeira Grande.

20 Sacuntala de Miranda, *ob. cit.*, pp. 37 e 40.

ticulares e por via das memórias e testemunhos orais. Acrescem as investigações *in loco*, que incluem o levantamento dos sinais da presença açoriana nos locais de destino e, em especial, do encontro de culturas que prevalece até aos nossos dias.

2. Entre a História e a Memória: testemunhos da emigração açoriana

No tocante à época contemporânea, é possível reconstruir histórias de vida ou estudos de caso, para melhor compreender as questões em torno da emigração, através da aplicação de inquéritos, da realização de entrevistas, da recolha de testemunhos orais ou do acesso ao registo de memórias, consubstanciadas em livros ou em documentários televisivos ou outros. Algumas obras de cariz autobiográfico têm o mérito de deixar, para o futuro, notas pessoais relativas à experiência vivida, desde o momento da partida até à integração no país de destino. Embora sujeitas a lapsos, a visões subjetivas, a imprecisões causadas pela passagem do tempo ou pela valorização de determinados aspetos e detalhes em detrimento de outros, as memórias têm sempre interesse e validade e descortinam muitas informações às quais, por outros meios, não teríamos acesso. Os testemunhos pessoais humanizam, ainda mais, a historiografia, trazendo à ribalta os verdadeiros protagonistas, os seus sentimentos e emoções, a autenticidade dos seus percursos. Atentemos no excerto seguinte retirado de um livro de memórias de um emigrante micalense radicado no Canadá:

Sai da minha ilha natal com a idade de 8 anos. Eu era muito novo e não tinha ideia do que estava acontecendo, exceto que estávamos a ir para algum lugar longe e para sempre. É verdadeiramente difícil descrever tudo o que se passou nesse longínquo dia 25 de março de 1958. No mesmo dia, desembarcámos num mundo todo branco (...). Fiquei confuso tal como o resto da família. Sentíamo-nos como ovelhas que deixaram o rebanho, completamente perdidos. Ainda tenho algumas recordações dessas primeiras horas, mas são muito vagas. A adaptação ao meu novo mundo começou então, nesta confusão, e duraria anos. (...). Só muito mais tarde, já com os meus 30 anos, depois da morte dos meus pais, é que senti uma grande necessidade de recolher milhares de fragmentos de memória para entender melhor de onde vinha, onde estava e para onde ia. (...). Foi com

*a ajuda dos meus familiares e dos meus (amigos) açorianos que moravam em Montreal, em Toronto e em S. Miguel, que comecei a juntar todos esses fragmentos de memória*²¹.

Apesar do autor reconhecer que as recordações do dia em que partiu, ainda criança, são muito vagas, não deixa de manifestar os sentimentos que ficaram marcados no seu consciente e no da sua família: confusão, desorientação, perda. O choque de um mundo novo, coberto de branco (neve). Na procura de reconstruir o *puzzle* das suas memórias, procurou o auxílio de familiares e amigos. Mais do que memórias pessoais, o livro do emigrante José-Louis Jácome é também um registo de memórias coletivas e, tal como outras obras semelhantes, um repositório de experiências vividas.

Se a investigação desenvolvida com base em fontes oficiais, nos documentos de arquivo e nas publicações periódicas pode ser complementada pelos testemunhos e pelas memórias, o inverso também se aplica. Desde que sustentado numa análise crítica e rigorosa, podemos também fazer o cruzamento entre a História oral e a História positivista, de modo a escrutinar a veracidade dos factos. Os dois excertos de entrevistas efetuadas a imigrantes açorianos no Brasil, que abaixo transcrevemos, são bem distintos, mas ambos remetem-nos para importantes fontes historiográficas aplicáveis ao estudo da emigração. Entre as memórias, surgem também os documentos.

*Eu vim com o meu pai, minha mãe e mais meus irmãos: Helena, José, João e Miguel. Eu vim no passaporte da minha mãe. Foi em 4 de abril de 1956. Eu não sei qual era o navio, acho que era o Corrientes ou Salta. Levou certo tempo, uns trinta dias. Ficou muito tempo em Lisboa, depois paramos um pouquinho no Rio de Janeiro e depois chegamos a Santos. (...). Para mim foi algo diferente, porque ainda na vida de infância, na Ilha, não tinha noção do outro mundo. Ao entrar no navio, daquele porte, foi para mim fantástico e divertido. Eu não tinha expectativas, até porque me sentia protegido no meio de todos os meus irmãos mais velhos. Claro, eu era o caçula e, no meio dos meus pais e irmãos, tinha plena segurança*²².

21 José-Louis Jácome, *De uma Ilha para Outra. Fragmentos de Memória*, Montreal, Quebeque, Ed. Autor / DRC do Governo dos Açores, 2018, p. 13.

22 Testemunho de Henrique de Arruda Soares, micaelense, que emigrou aos 6 anos de idade. Foi para S. Paulo com carta de chamada do irmão mais velho, que chamou toda a família que tinha ficado nos Açores.

Na minha família, do lado do meu pai, quem veio primeiro, em 52, foi meu avô. Veio junto com ele os meus tios (...). Eram quatro. O restante ficou nos Açores. Aí em 53 veio minha avó com os outros que ficaram lá. Então, meu pai veio com a minha avó nessa segunda leva. (...). Do lado da minha mãe, quem veio primeiro foi o irmão mais velho dela. Veio casado de lá, meu Tio Dinis com minha Tia Maria dos Anjos. (...) Eles fizeram uma Carta de Chamada prá minha mãe e pró meu Tio Jacinto virem. (...). Os meus avós nunca saíram dos Açores. (...). Outros irmãos foram pra outros países: Estados Unidos, Canadá. Então, da parte do meu pai, toda a família veio. Da minha mãe, só uma parte dela é que veio. Só vieram três irmãos²³.

No primeiro excerto, que nos fala um pouco da viagem, sobressaem as impressões e os sentimentos de quem partiu, ainda criança, “no passaporte da mãe”. De facto, as crianças eram integradas no documento requerido pelos progenitores (pais ou somente mãe). O mesmo se verifica nas fichas dos emigrantes. Daí que seja muito distinto o número de requerentes de passaporte, do número efetivo de emigrantes, pois este é sempre superior. No segundo excerto, é descrito o percurso, rumo à diáspora, de várias gerações da mesma família, comprovando que nem sempre os familiares partiam em simultâneo (ou até para o mesmo país), o que motivava a que, mais tarde, os que partiam primeiro providenciassem a carta de chamada, por vezes, ansiosamente aguardada por quem permanecia na ilha.

Como se pode verificar nos excertos abaixo transcritos, as cartas de chamada, que convocavam os emigrantes, traduziam-se, muitas vezes, em contratos de prestação de serviços, pois quem chamava tinha de se responsabilizar pelo sustento e eventual repatriamento daqueles que partiam.

Publica Forma

(...)

Escritura de contrato de prestação de serviços e compromisso de chamada Outorgante Eduardo Medeiros Franco (...). Escritura (...): Saibam quantos esta virem que no ano de 1949, aos doze dias do mês de agosto, nesta

Entrevista concedida a 7 de Julho de 2008. In Elis Regina Angelo, *ob. cit.*, p. 70.

23 Testemunho de Maria Leonilda dos Reis Jacob, filha de emigrantes açorianos que chegaram ao Brasil (S. Paulo), na década de 50. Entrevista concedida a 27 de junho de 2009. In Elis Regina Angelo, *ob. cit.*, p. 93.

cidade do Rio de Janeiro, capital da República dos Estados Unidos do Brasil, cartório à Rua da Assembleia (...) compareceu o outorgante (...) português, solteiro, maior, industrial estabelecido nesta cidade, na Rua Goiaz, n. 594 (...) e perante as mesmas testemunhas (...) foi dito que é senhor e possuidor de um sítio (propriedade rural), (...) da antiga estrada Rio-Petropolis e que pela presente escritura vem contratar os serviços profissionais das seguintes pessoas da sua família (...), todos portugueses, lavradores, residentes em S. Miguel-Açores (...) os quais exercerão as funções de lavradores na sua dita propriedade com o salário mensal de dois mil e quinhentos cruzeiros para cada um dos três primeiros, de mil cruzeiros para a quarta, ficando a instrução das três últimas a cargo de seus pais. O contracto de locação de serviços terá a duração de quatro anos, prorrogáveis por períodos sucessivos de quatro anos, enquanto convier a ambas as partes. O outorgante (...) compromete-se a pagar todas as despesas de viagem decorrentes com a vinda no Brasil dos chamados, inclusive as de retorno ao lugar de origem se tal for exigido pelas autoridades competentes, ou na rescisão do presente contrato. (...)»²⁴.

República dos Estados Unidos do Brasil

Capital do Estado de São Paulo

TABELIÃO NOBRE

(...)

Escritura de promessa de contrato de trabalho: Saibam quantos esta escritura virem, que no Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e nove (...) perante mim Tabelião compareceu, como outorgante, José da Mota, português, casado, chacareiro e proprietário (...) nascido em Ponta Delgada, Portugal (...). E perante essas mesmas testemunhas pelo outorgante me foi dito que deseja e necessita a vinda para o Brasil do Sr. Manuel Cabral de Melo, seu sobrinho, com 26 anos de idade, nascido na Ilha de S. Miguel, Açores, (...) atualmente residente e domiciliado em Lomba da Cruz do Nordeste (...) solteiro e maior; e que se compromete a dar um emprego de ajudante de chacareiro ao dito Sr. Manuel Cabral de Melo, pelo prazo de 3 anos (...) mediante ordenado mensal de Cr.\$1.500.00; - que pode asseverar ser a pessoa chamada dotada de excelente caráter moral, bons costumes, gozar atualmente da mais

24 BPARPD – Processos de Emigrantes, Caixa de 1950 (Processos 1 a 60).

*completa saúde e não professar ideologias contrárias às instituições vigentes no Brasil (...); que se compromete a dar ao chamado uma residência adequada, cómoda e confortável, durante a sua estadia aqui (...)*²⁵.

Apesar das cartas de chamada apresentadas remeterem para a ideia, predominante, de que os emigrantes partiam para onde tinham família, o que é certo é que nem todos se juntavam a familiares ou amigos diretos. O testemunho do açoriano Manoel Farias Ramos, não só comprova de que a atração ou escolha de um destino podia decorrer de motivos diferentes e, tal como em muitos outros casos, podia coincidir com entradas com visto de turista, acabando por vir a tornar-se residente. O apoio de outros imigrantes, ontem como hoje, revelou-se sempre fundamental.

*[...] na verdade, parentes meus eu tinha nos Estados Unidos. (...). Não tinha nenhum parente aqui, nem tinhas amigos, viu? Na verdade queria muito vir para o Brasil e tinha lido o livro de Stefan Zweig, “Brasil, país do futuro”. Eu fiquei maravilhado aqui, então, eu desci no Rio de Janeiro (...) porque lá, sim, tinha um amigo do meu pai (...) que era um dos sócios da Confeitaria Colombo. Eu (...) fui lá procurá-lo, fui recebido muito bem (...). Exatamente, o meu problema era trabalhar sem documentação, porque eu tinha vindo como turista. Então, eu tinha um endereço de uma senhora de oitenta e poucos anos, que o marido dela tinha sido amigo do meu avô. (...) Aí, eu vim aqui na Rua Vilela [São Paulo]*²⁶.

O testemunho anterior, que nos transmite dados bem precisos no tocante aos primórdios de uma história de vida construída no Brasil, conduz-nos até Vila Carrão (Rua Vilela, em S. Paulo), zona por excelência de forte presença açoriana nesta grande cidade. Segundo Maria Izilda Matos, a partir dos anos 50 e 60 do século passado, Vila Carrão tornou-se um “território açoriano”. Desde o século XIX, os imigrantes portugueses, no Brasil, tendiam a fixar-se nas cidades por possibilitarem novas oportunidades. Os ilhéus não foram exceção. Muitos abraçaram o comércio a retalho; outros foram impelidos para o trabalho assalariado, nomeadamente

25 BPARPD – Processos de Emigrantes, Caixa de 1950 (Processos 1 a 60).

26 Testemunho de Manoel Henriques Farias Ramos, oriundo dos Açores e que ficou no Brasil, como clandestino. Consegui trabalho e legalizar-se, em S. Paulo (Vila Carrão), graças ao companheirismo de outros açorianos. Entrevista concedida a 23 de outubro de 2006. In Elis Regina Angelo, *ob. cit.*, p. 79.

na fábrica de tecelagem de Guilherme Giorgi, onde se empregaram inúmeros açorianos²⁷.

São numerosos os testemunhos que recuam aos marcantes momentos da partida da ilha com destino ao país de acolhimento. A ruptura com as raízes e a incerteza do futuro causavam significativas impressões que a memória salvaguarda. Por outro lado, o elemento *novidade* assumia também grande relevo, pois as diferenças são realçadas e o impacto inicial inesquecível. Entre vários depoimentos de mulheres imigrantes, nos EUA, os quais se encontram compilados em filme, que pode ser observado no Museu da Emigração Açoriana (MEA), destacamos o de uma micaelense que começa logo por recordar que partiu após o falecimento do pai. A mãe comprara-lhe um vestido novo para a viagem e lembra-se de ficar sempre com o mesmo vestido e sentir imenso calor. Ao chegarem ao destino, ficaram numa pensão e viram uma televisão. Não sabiam o que era, para que servia e muito menos como mexer²⁸. Por outro lado, uma faialense, que emigrou na sequência do Vulcão dos Capelinhos, ainda se recordava do dia em que estava na cozinha, enquanto a avó lhe tirava as medidas para lhe fazer roupa interior (de flanela) e, num repente, sentiram um grande barulho e a terra começou a tremer. A família acabou por partir para os EUA e, quando lá chegaram, a impressão não foi positiva. Os jovens, como ela, não tinham nada que fazer, pois a sua família tinha ido viver para uma zona pouco povoada, onde ficava a serração, onde o pai ia trabalhar. Não percebia a língua e sentia muitas saudades dos amigos, dos vizinhos e da sua ilha²⁹.

O embate inicial, muitas vezes bem difícil, é retratado nestes dois testemunhos orais que deixam ainda transparecer o choque cultural e civilizacional. Sobressaem o atraso tecnológico das ilhas; as diferenças linguísticas e das vivências comunitárias e sociais insulares. Na pequena freguesia, os jovens conviviam na rua, nas colheitas, nas vindimas, nas festas religiosas e populares. Daí, a sensação de isolamento, as saudades e a determinação em perpetuar hábitos e costumes. Alguns testemunhos, que demonstram esta vontade, atestam igualmente a ingenuidade e a rusticidade perante um mundo desconhecido:

27 Maria Izilda Santos de Matos, *Portugueses. Deslocamentos, Experiências e Cotidiano. São Paulo, Séculos XIX e XX*, São Paulo, EDUSC, 2013, pp. 123 e 137.

28 Testemunho de uma micaelense integrado no filme *Testemunhos Emigração – Anos 50*, da autoria de Niza Remígio. Coleção do MEA – Ribeira Grande.

29 Testemunho de uma faialense integrado no filme *Testemunhos Emigração – Anos 50*, da autoria de Niza Remígio. Coleção do MEA – Ribeira Grande.

Houve um dia em que tentei fazer vinho e fiz dentro de uma máquina de lavar roupa. A gente pusemos as uvas dentro da máquina (...), apertamos as mãos e claro que não conseguimos fazer nada... Que vinho saiu dali³⁰!

A descoberta e o alargamento de horizontes sempre fizeram parte da aventura da emigração. Nas suas memórias, José-Louis Jácome destaca tudo o que viu pela primeira vez, quando abalou rumo ao Canadá. Primeiro, o avião, depois os aparelhos electrónicos e domésticos (televisão, rádio, telefone, frigorífico, fogão, máquina de lavar roupa, forno). Acima de tudo, a neve. Até ao dia da partida nunca tinha conhecido um dia com menos de 10 graus centígrados; uma palavra em francês ou inglês; água quente jorrando de uma torneira; um som, sem ser humano, dentro de casa³¹.

Por outro lado, o mesmo autor descreve algumas das instruções oficiais que os emigrantes recebiam antes de partir para o Canadá. Baseado nos documentos oficiais da época, que o instinto da memória fez guardar, releva alguns cuidados de saúde, de higiene alimentar, a nível do vestuário, das habitações e do local de trabalho. Era imperioso informar aqueles que rumavam às Américas e que nada conheciam para além dos campos da sua aldeia. Havia que prevenir “o arrefecimento excessivo do corpo, pelo uso de vestuário apropriado” dadas as abruptas diferenças climatéricas. Era necessário elucidar quanto à alimentação: no Canadá, não lhes faltaria o pão, as gorduras, a carne, o peixe, os legumes, a fruta e os doces, mas enquanto em Portugal se utilizavam alimentos frescos, no Canadá, a maior parte dos mesmos são conservados em latas que se abrem à medida das necessidades. E, por fim, no tocante ao vestuário: no Verão deviam usar-se fatos leves e calçado fresco; no Inverno, fatos de meia estação, camisolas de lã, interiores, sobretudo grossos de lã, casacos de peles de animais, forrados de lã, abafos de lã para a cabeça e orelhas e, para os pés, botas ou botins especiais³². Nada que se parecesse com o vestuário simples, leve e pobre que se usava nas ilhas.

O maior estigma de muitos açorianos era a pobreza, material e cultural, bem como a falta de meios e de oportunidades para alcançar, no arquipélago, um futuro promissor. Atentemos no testemunho seguinte:

30 Testemunho de Maria Liduína Cordeiro, emigrante em Edmonton – Canadá. Coleção MEA – Ribeira Grande.

31 José-Louis Jácome, *ob. cit.*, p. 187.

32 *Idem*, pp. 160-161-162.

Nós eramos muito pobres, o chão de terra batida, dura, sem água corrente, sem casa de banho interna, sem eletricidade, sem gás, sem sapatos. Nunca tive sapatos nos Açores. A minha mãe (Olívia) esteve nos Estados Unidos por dois anos, inicialmente a viver com parentes em Fairhaven. Ela veio para a América determinada em tornar a vida melhor.

Ela e o seu marido Manuel tinham decidido que ela deveria vir em primeiro lugar, já que era a única pessoa na família que poderia fazê-lo legalmente. O dinheiro para a viagem? Teve que ser emprestado. Deixando o marido, os três filhos e duas filhas foi o mais difícil, mas Olívia esperava poder logo trazê-los para os Estados Unidos.

Olívia era americana de nascimento. Ela nasceu em 1920 em Blackburn Street, em New Bedford. Os seus pais, Clemente e Maria Resendes, tinham vindo dos Açores para tentar melhorar as suas jovens vidas. Mas os tempos eram difíceis e com a depressão eles regressaram (...).

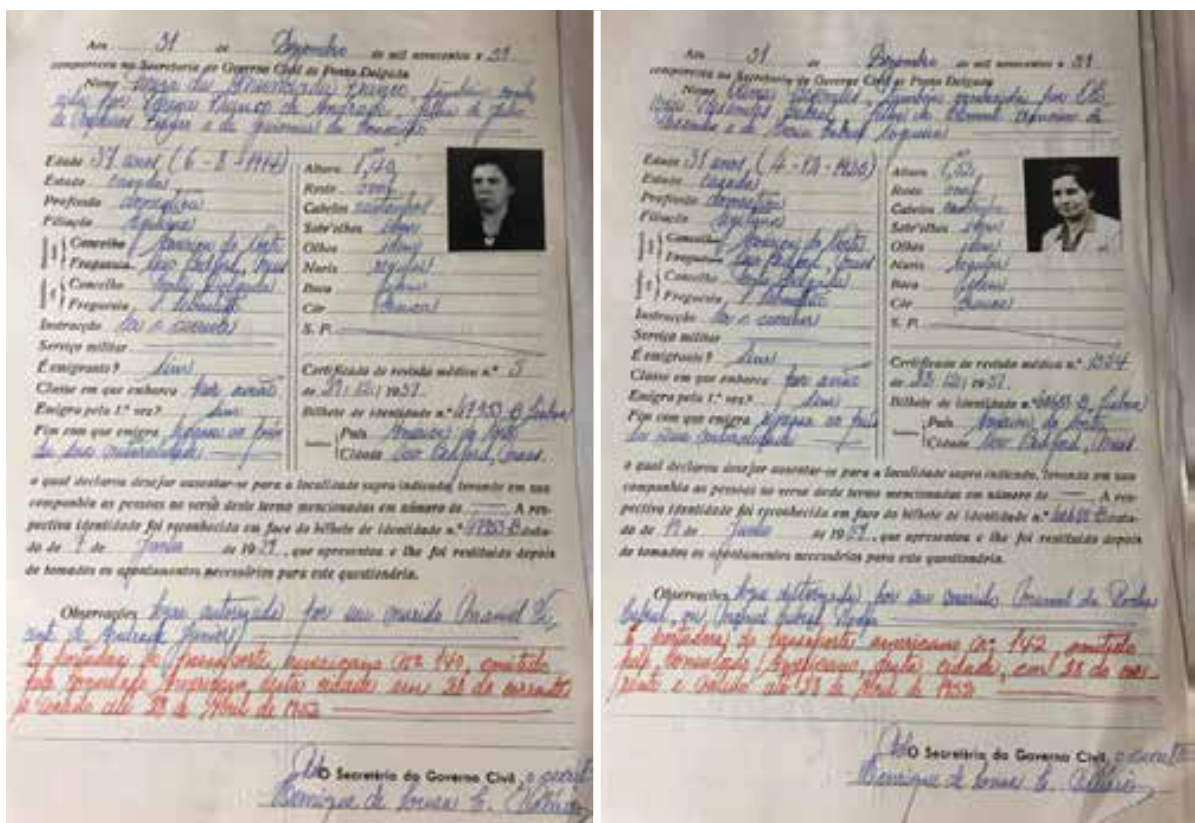
Nosso pai Manuel nasceu nos Açores, em 1917. (...). Depois que a mãe partiu para a América, não era um trabalho fácil cuidar de cinco filhos, com idades entre 10 e 2 anos. (...). Em 13 de Janeiro de 1954 em Rabo de Peixe (Santana), nós subimos a bordo de um avião Cessna (...) para Santa Maria. (...) Na manhã seguinte (...) estávamos em um monstro de um avião, um de quatro motores TWA (...). Nós trememos de frio e de medo. Após cinco horas desembarcamos em Terra Nova para reabastecimento. Lá vimos outra coisa estranha: os homens em casacos grossos com as cabeças cobertas por capuzes de pele. Ainda mais estranho foi todo o material branco no chão como açúcar ou farinha (neve)!

*A última vez que desembarcamos foi na América! Amigos da mãe aguardavam-nos no aeroporto de Boston (...). Depois de quatro longas horas chegamos a 49 Philips Ave., nossa primeira casa americana. Subimos as escadas para o terceiro andar (...) e estava a nossa Mãe: 34 anos de idade e chorosa, de braços abertos (...) passou dois anos difíceis a trabalhar sozinha, preparando-se para receber a sua família (...) de Feteira Grande, Nordeste, S. Miguel – Açores (...)*³³.

Deste interessante depoimento ressaltam, além da pobreza em que vivia a família, — sem água corrente, sem casa de banho, sem luz, sem gás e outras comodidades como o calçado —, os pormenores da viagem e o

33 Testemunho de Adelino Cabral – Coleção do MEA – Ribeira Grande.

curioso facto de ter sido a mãe, Olívia, a emigrar para os EUA, deixando o marido e os cinco filhos menores na ilha de S. Miguel. Por ser cidadã norte-americana, filha de emigrantes que, por força da Grande Depressão, regressaram à ilha natal, teve, mais tarde, facilidade em voltar para os EUA e em lutar por um futuro melhor. Sendo certo que, em pleno século XX, o regresso continuava a marcar a emigração açoriana, também é certo que algumas mulheres emigravam primeiro e depois “chamavam” o marido e os filhos, desde que obtivessem a autorização marital e possuíssem passaporte americano. Os processos de emigrantes comprovam esta realidade, como se verifica nos exemplos das Figs. 12 e 13. A 31 de dezembro de 1951, Teresa da Anunciada Franco, também conhecida como Teresa Franco de Andrade e Olívia Resendes, também conhecida como Olívia Resendes Cabral, ambas casadas, domésticas, partiram para New Bedford, nos EUA, como emigrantes, embora tivessem nascido neste país. Ambas possuíam passaporte americano e tinham autorização dos respetivos maridos.



Figs. 12 e 13 – BPARPD – Processos de Emigrantes – Caixa de 1950 (Processos 1 a 60).

As cartas de chamada também comprovam esta particularidade da emigração açoriana. Por exemplo, a 30 de novembro de 1951, o cônsul ame-

ricano informou, por ofício, o Presidente da Câmara do Nordeste, em S. Miguel, que recebera do Departamento da Justiça dos EUA, a aprovação da petição executada por Maria Câmara Anjos, cidadã americana, residente em 22, Lopez Avenue, Cambridge, Massachusetts, ”em que chama para a sua companhia o seu marido, Ernesto Pacheco Teixeira dos Anjos, campónio, de 38 anos de idade e filhos”, Maria Amélia, de 11 anos e José, de 8, todos naturais do Nordeste³⁴. Acresce que existem boletins de emigração em que o requerente declara ter sido a esposa quem lhe enviou o dinheiro para pagar a sua viagem.

Por vezes, acontecia os jovens emigrantes virem casar à sua terra natal e seguirem, pouco tempo depois, para o destino de emigração, apresentando o processo a certidão de casamento. Aliás, este era um meio usado para garantir a entrada e residência nos EUA e Canadá. Veja-se o exemplo de José Machado Nunes, de 29 anos, solteiro, marítimo, natural da ilha de S. Jorge, que, em setembro de 1949, na freguesia da Conceição, em Angra do Heroísmo, casou com Maria Silveira Pereira, de 45 anos de idade, viúva, proprietária, residente na Califórnia. A certidão de casamento integra o respetivo processo de emigração³⁵. De resto, além das garantias alcançadas pela via matrimonial — mesmo que isto implicasse uma diferença de idades, entre cônjuges, na ordem dos 16 anos —, era premente o desejo de realizar casamento com conterrâneos ou membros da mesma comunidade de emigrantes. Segundo Duarte Nuno Lopes, no Quebecque, Canadá, a preferência pela endogamia percorre os portugueses da primeira, segunda e terceira gerações, por acreditarem que casar com pessoas da mesma cultura é garantia de solidez das uniões. Além disso, o facto da maior parte dos portugueses viver numa região específica, também favoreceu a endogamia. Por isso, como refere o autor, os açorianos casaram sobretudo com açorianos, enquanto que os continentais escolheram continentais, registando-se casos de casamentos arranjados³⁶.

O fenómeno emigratório sempre envolveu a célula familiar e não apenas o indivíduo. Como refere José-Louis Jácome no seu livro de memórias:

A emigração faz parte da nossa realidade familiar há muito tempo. Quando era criança, ouvia falar muito sobre as tias-avós Mariana e Belmira.

34 BPARPD – FGCPDL, Registo nº 1171, Caixa Passaportes 1951.

35 BPARPD – Caixa de 1950.

36 Duarte Nuno Lopes, *Peregrinação: uma História das Comunidades Portuguesas do Quebecque (1953-1999)*, Maia, DRC / Governo da Região Autónoma dos Açores, 2000, pp. 119-120.

A sua história sempre me fascinou. Segundo a prima Izelina, em 1917, quando elas tinham 15 e 16 anos, deixaram a vida miserável que tinham e foram trabalhar nos moinhos da Nova Inglaterra. (...).

*O meu pai emigrou para o Canadá a 23 de abril de 1954 (...). Fez parte da primeira onda de emigrantes portugueses (...). Como toda a gente, ele achava difícil essa separação com os pais, talvez para sempre. (...). O bilhete era apenas de ida. (...)*³⁷.

Inúmeras famílias açorianas são, elas próprias, testemunhos da emigração, pois a fuga à miséria e a atração pela diáspora abrangeram diferentes gerações e múltiplos parentes próximos ou mais afastados. Como se verifica no registo anterior, são novamente mulheres (tias-avós), em plena adolescência, que servem de referência pela coragem que tiveram em partir e em ir trabalhar para a Nova Inglaterra. A força laboral feminina não pode, pois, ser descurada uma vez que o trabalho sempre foi o sustentáculo do emigrante açoriano e português, em geral. Nas palavras de Maria Gloria Mulcahy:

*Whether in the mills of Lowell, New Bedford, or Fall River in the first quarter of the 20th century (...) or in Paris of the 1960s and 1970s (...), Portuguese women seem to stand out as one of the most active groups in the labour force. It appears that despite a cultural heritage that prescribes traditional gender roles for women, such as high marriage and fertility rates, a strong cultural tradition of working outside the home may help Portuguese women overcome not only these values but also human capital deficits, in order to participate in the labour force*³⁸.

A par dos testemunhos orais e das memórias, dos registos pessoais e das cartas, crescem, por fim, os testemunhos materiais, dos quais o MEA apresenta alguns exemplares: a mala de cartão, o prato decorativo (alusivo aos açorianos em S. Carlos, no Uruguai), as miniaturas em gesso (réplica de casa brasileira de influência açoriana, Rio Grande do Sul). Os objetos também perpetuam a emigração açoriana, em diferentes paragens.

37 José-Louis Jácome, *ob.cit.*, pp.129–131-178.

38 Maria Gloria Mulcahy, “The labour force participation of Portuguese Immigrant Women in the U.S.A.”, in Manuela Marujo e outras, Org., *A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa*, Toronto, University of Toronto, 2003, p. 98.



Figs. 14, 15 e 16 – Objetos de memória. Coleção do MEA – Ribeira Grande.

Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis ou pertences pessoais, todos têm um comum o facto de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos, o próprio grupo. Tais objetos podem ser, assim, um bom exemplo do que Pierre Nora consagrou, na sua metodologia, com a designação de “lugares de memória”³⁹.

39 Ângela de Castro Gomes *apud* Elis Regina Angelo, *ob. cit.*, 2015, p. 72.

Considerações finais

Mais do que abordar um fenómeno económico-social, o estudo da emigração convida a conhecer e a analisar histórias de vida; percursos individuais e familiares. Por consequência, além da escalpelização dos documentos oficiais e dos dados estatísticos, importa analisar outras fontes, inerentes à esfera do privado e das memórias pessoais ou coletivas, pois estas são igualmente importantes para os historiadores, como para os próprios emigrantes. Para os primeiros, permitem humanizar o fenómeno, desde que analisadas criticamente. Para os segundos, associam-se ao fator identitário. A conjugação das fontes arquivísticas com os testemunhos e os objetos de memória, permite, tanto quanto possível, construir uma História total da emigração açoriana, articulando os factos mais gerais, com os factos pessoais e as vivências experienciadas. Estas não são reveladas nas visões dos governantes e das autoridades, nas medidas preconizadas pelos legisladores, nos escritos da opinião publicada. Estas só chegam até nós através do discurso e do testemunho dos próprios protagonistas ou dos seus descendentes mais próximos. Só assim se pode *discutir vínculos estabelecidos, circuitos de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento, expectativas e sonhos construídos no processo, tensões e frustrações, possibilidades de reencontros e reconstituição familiar*⁴⁰.

40 Maria Izilda Matos, *ob. cit.*, 2013, p. 50.

